



## Uma análise da Implementação do Sistema Único de Assistência Social na Microregião de Montes Claros Norte do Estado de Minas Gerais: política pública ou relações de favor?

Thallyta Geovana Soares Silva, Adriana Medalha Perez

### Introdução

O presente trabalho busca realizar um Diagnóstico Socioassistencial da Microrregião de Montes Claros, Norte do Estado de Minas Gerais, que totaliza 11 municípios (Montes Claros, Glaucilândia, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Juramento, São João da Lagoa, Capitão Enéas, Francisco Sá, Mirabela, São João da Ponte e Patis).

Portanto, os objetivos delineados para a realização deste trabalho se centram na tentativa de realizar tal proposta, comparado a um Diagnóstico realizado no ano de 2006 pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, denominado Diagnóstico Sócio assistencial dos Municípios das Mesorregiões Norte, Noroeste, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para subsidiar a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes – SEDESE na implantação de ações socioassistenciais.

Não obstante, tem-se também como objetivos concomitantes deste trabalho: realizar o resgate teórico conceitual das políticas sociais na sociedade capitalista; estabelecer os avanços e os desafios do processo de municipalização da Política de Assistência Social; bem como relacionar os processos sócio-históricos da região estudada e os desafios postos a esta Política nesta região. A tendência à realização de estudos sobre a Política de Assistência Social no Brasil, não só tomou corpo nos últimos anos como também houve um avanço conceitual (GÓIS; LOBATO; SENNA; MORAES, 2008)[1].

A título de fundamentação teórica acerca da proposta –, considera-se como questões de base as recentes mudanças ocorridas na sociedade brasileira, motivadas, sobretudo pela redemocratização e pelo surgimento de novos movimentos sociais e atores políticos, que contribuíram para a emergência de novas políticas públicas de proteção social, várias delas de caráter criativo e inovador, como afirmam Behring e Boschetti (2006)[2]. De acordo com as autoras a Constituição de 1988, também chamada de “constituição cidadã”, instituiu um sistema de proteção social de características universais baseado no modelo Beverigiano, complementando assim as falhas do antigo modelo Bismarckiano, o que vislumbrou uma perspectiva nítida de reforma, num país em que a democracia sempre foi mais exceção que regra. As políticas de proteção social em nível mundial são, via de regra, analisadas sob essas duas óticas distintas. Essas duas concepções se distinguem pelo caráter, forma de contribuição, pelo financiamento dos sistemas de proteção social bem como do papel do Estado.

Vale ressaltar que esta iniciativa constituiu-se em tarefa importante em tempos de tentativas e ensaios quanto à universalização da Assistência Social, a fim de que se possa ter um quadro do processo de implantação desse sistema, dos avanços alcançados, dos entraves apresentados e das medidas a serem tomadas para garantir uma mudança mais efetiva na implementação de fato da legislação que trata das políticas e dos direitos socioassistenciais.

### Métodos

A Assistência Social é uma política social historicamente constituída e determinada, que possui caráter intrinsecamente contraditório e, portanto, deve ser apreendida em sua totalidade complexa. Faz-se necessário compreender não apenas suas formas fenomênicas, mas suas propriedades essenciais, as condições de sua emergência, sua dimensão histórica, bem como seu desdobramento político-institucional.

Dessa forma, está sendo utilizada uma análise Dialética, por entender que esta relaciona propriedades gerais e essenciais, possibilitando a apreensão do todo; reconhece o caráter contraditório e histórico da realidade; que admite que os conhecimentos e a própria realidade não são absolutos, posto que estão em constante transformação; que reconhece a necessidade do conflito e da negação, inclusive como provocadores deste constante movimento, podendo assim, proporcionar o desvelamento do objeto estudado.

Destaca-se ainda que se trata de um estudo qualitativo, que sob a ótica de Demo (2001)[3], deve estar alicerçado a partir de três passos que se interligam: *contextualização sócio-histórica*, que permite entender a gênese do fenômeno, seu lugar e espaço e sua determinação histórica; *a interpretação*, que privilegia a qualidade e a análise política e a *análise formal*, que inclui indicadores quali-quantitativos. Apesar da ênfase desta pesquisa ser qualitativa, está sendo analisado, também, dados quantitativos, por entender estes dados complementares e interdependentes, além de reconhecer a importância dos demais conhecimentos não considerados científicos e defender a interdisciplinaridade e



humanização do saber.

O delineamento da pesquisa se dá também através de *pesquisa bibliográfica* pertinente a temática estudada, ou seja, consulta a livros, revistas, artigos, materiais digitalizados etc. Não obstante, o estudo também se operacionaliza através da *pesquisa documental*, tais como resoluções, Normas Operacionais, mapas, dados estatísticos entre outros que atende ao objetivo de construir informações agregadas por municípios, refletindo melhor o estágio desses territórios sociais. (DUARTE & FURTADO, 2002)[4]

Ainda, a coleta de dados está sendo feita através de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários atendem, principalmente, quanto à caracterização dos municípios.

A unidade de investigação são 11 municípios da microrregião norte do Estado de Minas Gerais. E para fins de interpretação dos dados estão sendo consideradas as informações coletadas, sistematizadas em tabelas, mapas e gráficos, tecendo-se uma reflexão teórica e conceitual relacionada à política pública de assistência social e suas principais características, sobretudo o processo de universalização da política em questão.

A adoção desta metodologia acima descrita é pressuposto para a devida realização deste tipo de Diagnóstico e estudo comparativo que mais do que identificar as áreas de risco e vulnerabilidade, visa contribuir para a (re) estruturação da Política Municipal de Assistência Social.

## Resultados e Discussão

A conceituação de política social interfere decisivamente na estruturação do modelo de Bem-Estar Social. E no caso do Brasil, este percurso de construção possui marcos iniciais na década de 1920, e sua expansão e consolidação datam das décadas de 1970 e 1980.

Ao longo do processo histórico, a Assistência Social, até então entendida como benemerência, solidariedade e forma de amenizar os desvios da humanidade, passa a ganhar status de política pública e começa a ser vista como direito do cidadão.

Tendo em vista estas características da política de Assistência Social, para que esta se configure enquanto política pública no âmbito da Seguridade Social em relação a implementação desta política na Microrregião de Montes Claros Norte do Estado de Minas Gerais, esta pesquisa procura dimensionar categorias sob os pontos de gestão, analisados por porte populacional dos municípios e serviços.

Neste sentido, destacam-se a implantação e implementação, considerável, dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, de acordo com a Tabela 1 e Tabela 2, respectivamente, e ainda, grande oferta de benefícios sociais oferecidos pelo Governo Federal em todos os municípios em estudo, conforme Tabela 3.

## Considerações finais

Apesar de se tratar de uma pesquisa em andamento, salienta-se que os resultados apresentados são parciais, pois dados ainda estão sendo levantados e analisados, para integral alcance aos objetivos delineados.

Contudo, já é possível perceber, mesmo que de forma tímida, que a oferta de programas não quer dizer que o SUAS se encontra totalmente implementado nos municípios analisados e que esta oferta venha se dando de maneira condizente com os pressupostos deste sistema.

Ainda, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE onde feito um levantamento da população dos municípios em estudo, referente aos anos de 2000 e 2010, e ainda uma estimativa populacional para o ano de 2013, conforme Tabela 5, considera-se que existe certa distância entre os aspectos propostos pelo SUAS e as condições atuais de gestão nos municípios estudados, e que estas diferenças se agudizam quando se reduz o porte populacional.

## Referências

- [1] GÓIS, J. B. H.; LOBATO, L. V. C.; SENNA, M. C. M.; MORAES, J. R. Avaliação do benefício de prestação continuada: características sociais, proteção social e seus efeitos. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Ano XXIX, v. 96, 2008, p. 65-92.
- [2] BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006.
- [3] DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- [4] DUARTE, Simone V. & FURTADO, Maria S. Manual para Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisa. 3ª Edição Rev. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.



**Tabela 1.** Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, implantados entre 2008 e 2013, em Montes Claros, Glaucilândia, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Juramento, São João da Lagoa, Capitão Enéas, Francisco Sá, Mirabela, São João da Ponte e Patis.

Unidades de Proteção Básica- Centro de Referência de Assistência Social						
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Município						
Montes Claros	07	09	09	11	11	11
Glaucilândia	01	01	01	01	01	01
Coração de Jesus	01	01	02	02	02	03
Claro dos Poções	01	01	01	01	01	01
Juramento	00	01	01	01	01	01
São João da Lagoa	00	01	01	01	01	01
Capitão Enéas	01	01	01	01	01	01
Francisco Sá	01	01	01	01	01	02
Mirabela	01	01	01	01	01	02
São João da Ponte	01	01	01	01	01	01
Patis	01	01	01	01	01	01

**Tabela 2.** Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS implantados entre 2008 e 2013, em Montes Claros, Glaucilândia, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Juramento, São João da Lagoa, Capitão Enéas, Francisco Sá, Mirabela, São João da Ponte e Patis.

Unidades de Proteção Especial- Centro de Referência Especializada de Assistência Social						
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Município						
Montes Claros	01	01	01	01	01	01
Glaucilândia	00	00	00	00	00	00
Coração de Jesus	00	00	01	01	01	01
Claro dos Poções	00	00	00	00	00	00
Juramento	00	00	00	00	00	00
São João da Lagoa	01	01	01	01	01	01
Capitão Enéas	00	00	00	01	01	01
Francisco Sá	00	00	00	01	01	01
Mirabela	00	00	00	00	00	00
São João da Ponte	00	00	01	01	01	01
Patis	00	00	00	00	00	00

**Tabela 3.** Famílias beneficiadas pelo do Programa Bolsa Família e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada- BPC nos municípios de Montes Claros, Glaucilândia, Coração de Jesus, Claro dos Poções, Juramento, São João da Lagoa, Capitão Enéas, Francisco Sá, Mirabela, São João da Ponte e Patis.

Ano	Programa Bolsa Família- Quantidade de famílias beneficiadas			Benefício de Prestação Continuada- BPC- Quantidade de beneficiários		
	2010	2012	2014	2010	2012	2014
Município						
Montes Claros	20.274	25.235	26.955	8.869	9.230	10.095
Glaucilândia	400	396	426	14	13	13
Coração de Jesus	3.560	4.365	4.497	852	950	984
Claro dos Poções	1.058	1.117	1.093	55	75	93
Juramento	486	555	572	25	18	27
São João da Lagoa	611	652	712	1	6	8
Capitão Enéas	1.396	1.864	2.026	295	327	353
Francisco Sá	2.882	3.644	3.373	535	602	676
Mirabela	1.698	1.890	1.944	389	572	586
São João da Ponte	3.478	4.011	4.202	545	567	587
Patis	683	927	980	14	9	19